


## PARENTALIZAÇÃO EM MEIO AO LUTO: UM ESTUDO DE CASO EM PSICOTERAPIA DE FAMÍLIA

 <https://doi.org/10.56238/arev7n3-133>

Data de submissão: 14/02/2025

Data de publicação: 14/03/2025

**Rebeca Espinosa Cruz Amaral**

Doutora em Teoria Psicanalítica  
UFRJ

E-mail: [respinosacamaral@hotmail.com](mailto:respinosacamaral@hotmail.com)

ORCID: 0000-0001-5011-5226

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/4425147243831008>

**Gabriela Meireles Macedo**

Mestranda em Psicologia Clínica  
PUC-Rio

E-mail: [gabrielameirelespsi@gmail.com](mailto:gabrielameirelespsi@gmail.com)

ORCID: 0009-0003-7238-535X

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/7684278906150234>

**Mariana Gouvêa de Matos**

Doutora em Psicologia Clínica  
PUC-Rio

E-mail: [mariana.g.matos@hotmail.com](mailto:mariana.g.matos@hotmail.com)

ORCID: 0000-0001-9289-5419

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/7812600862803151>

### RESUMO

A parentalização dos filhos ocorre quando os adultos responsáveis não conseguem exercer integralmente a função parental em decorrência de uma imaturidade emocional ou significativa regressão, que pode ser favorecida por alguns contextos ambientais, como a morte de um dos pais. O objetivo do presente artigo é discutir as repercussões do processo de parentalização em decorrência da morte de um dos membros do casal parental no desenvolvimento do filho. Por meio do caso clínico de Alan e Ellen, pai e filha atendidos no Serviço de Psicologia Aplicada de uma universidade no Rio de Janeiro, discutiremos sobre os desdobramentos da parentalização em meio ao luto nas vivências familiares, e sobre como a psicoterapia familiar pode contribuir para a construção de fronteiras que possibilitem à criança um espaço de expressão por meio do brincar, e ao adulto enlutado o fortalecimento de sua parentalidade, freando o processo de parentalização.

**Palavras-chave:** Luto. Parentalidade. Responsabilidade parental. Parentalização. Psicoterapia familiar.

## 1 INTRODUÇÃO

Diversos autores do campo da terapia de família, no cenário nacional e internacional, têm apontado para o aparecimento, cada vez mais frequente em suas experiências clínicas, de um tipo particular de relação entre pais/mães e filhos, caracterizado por certa inversão em relação à responsabilização pelo outro no seio familiar. Trata-se de casos em que se nota uma indisponibilidade ou recusa por parte dos pais/mães do exercício da parentalidade, e, diante disso, os filhos – que enquanto crianças vivenciam com isso um estado de desamparo radical - passam a se ocupar das funções parentais. Ocorre, assim, uma troca de posições entre as funções parentais e as filiais, uma inversão geracional, conceituada e teorizada como parentalização dos filhos (BOSZORMENYI-NAGY; SPARK, 1973/2012; HAXHE, 2013; HARRUS-RÉVIDI, 2004; JURKOVIC, 1997; LE GOFF, 1999; MINUCHIN *et al.*, 1967; MELLO *et al.*, 2020; FÉRES-CARNEIRO *et al.*, 2022).

Essa adoção de uma postura parental por parte das crianças em relação àqueles que são vistos como seus responsáveis ocorre, então, quando esses não conseguem exercer de fato essa função. Isso se dá, geralmente, em decorrência de uma imaturidade emocional ou significativa regressão dos adultos-pais, de modo que mesmo presentes no ambiente familiar, suas atenções estão voltadas para suas próprias necessidades objetivas ou afetivas, em detrimento das necessidades de seus filhos. Em relação a isso, destaca-se que alguns contextos ambientais que causam instabilidade na vida dos pais podem favorecer a ocorrência desse processo na medida em que ocasionam suas retiradas das funções de autoridade e cuidado. Kehlstadt (2018) destaca alguns deles, como os divórcios ou conflitos conjugais, a imigração, a monoparentalidade, fratrias numerosas, os adoecimentos físicos ou mentais de um dos pais, e, ainda, a morte de um dos pais. É desse último caso que trataremos aqui.

Questionamo-nos a respeito da ocorrência do processo de parentalização que se dá a partir da morte de um dos pais, em decorrência do processo de luto pela perda do outro responsável, que se torna muitas vezes o único cuidador primordial da criança. Nos parece possível que, nesses casos, a criança possa vir a experimentar um luto em relação a ambos os pais, pois aquele que fica, absorvido em seu processo de luto, pode, muitas vezes, ausentar-se de suas funções parentais e até mesmo descuidar-se de si próprio, por conta da fragilização em que se encontra (FRANCO; MAZORRA, 2007; WALSH; MCGOLDRICK, 1998). Diante disso, não é incomum, então, que a criança assuma as funções parentais. Mas quais as repercussões disso para ela e para seus vínculos familiares?

Se pensar as repercussões do processo de parentalização no desenvolvimento emocional infantil já é uma necessidade para a qual os autores do campo apontam (MELLO *et al.*, 2015; MELLO *et al.*, 2020, BLACIOTI, 2019; FÉRES-CARNEIRO *et al.*, 2019), refletir sobre essas repercussões em meio à vivência de processos de luto é ainda mais essencial. Afinal, diante de uma perda, há o

rompimento de um mundo real compartilhado até aquele momento, e isso pode gerar um sentimento de vazio, solidão, angústia, dúvidas e medo do desconhecido que está por vir (PRIZANTELI, 2008). O impacto da morte de um membro produz ressonâncias imediatas e de longo prazo para cada um dos familiares sobreviventes e para todos os relacionamentos familiares (WALSH; MCGOLDRICK, 1998). Nesse sentido, o objetivo do presente artigo as repercussões do processo de parentalização em decorrência da morte de um dos membros do casal parental no desenvolvimento do filho.

Para isso, faremos uma análise teórico-clínica do caso de Alan e Ellen, pai e filha, de 34 e 8 anos respectivamente, que iniciaram um processo de psicoterapia de família no Serviço de Psicologia Aplicada de uma Universidade no Rio de Janeiro após Alan buscá-lo em decorrência do falecimento de Tainá, esposa de Alan e mãe de Ellen.

## **2 METODOLOGIA**

Trata-se aqui de um estudo teórico-clínico (VORCARO, 2010), a partir de um caso de psicoterapia familiar atendido no Serviço de Psicologia Aplicada de uma universidade no Rio de Janeiro. Os membros da família, composta por pai e filha, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, autorizando a utilização dos dados clínicos para fins de ensino, pesquisa e publicação. A família começou a ser atendida em agosto de 2022 e o foi até dezembro do mesmo ano. Os atendimentos aconteceram via aplicativo de videoconferências online, semanalmente, com duração de uma hora, por duas terapeutas atuando em co-terapia. O caso contou com supervisão clínica semanal.

## **3 RESULTADOS**

### **3.1 QUANDO UMA MÃE FALECE E O RISCO DE PARENTALIZAÇÃO APARECE: O CASO**

Na primeira sessão com Alan e Ellen, a menina não soube dizer o motivo pelo qual estava ali, tendo seu pai explicado que havia buscado a terapia em função de Tainá, a esposa, ter falecido há quatro meses e, desde então, ele estar cuidando da casa e criando a filha sozinho, o que era desafiador em alguns momentos. Ellen interveio e contou rindo que às vezes fazia bagunça, mas que atualmente vinha tentando colaborar mais com o pai. Alan relatou que após o falecimento da esposa, com a qual foi casado por treze anos, ficou muito mal, estado que foi agravado por ter tido conflitos com os sogros que queriam a guarda de Ellen e criticavam seus cuidados com ela. Segundo ele, havia melhorado um pouco recentemente, após ter feito uma viagem para o Nordeste para visitar sua família de origem, mas ainda se sentia muito mal. Em uma sessão realizada somente com ele, cerca de um mês depois do início do acompanhamento, Alan chegou a afirmar, inclusive, que sabia estar pior do que Ellen. Segundo ele, quando contou para a filha sobre o falecimento de Tainá, ela se desesperou, disse que

queria ir pro céu junto com a mãe, mas depois as coisas correram de uma forma melhor do que ele imaginou, pois achava que Ellen ficaria deprimida, mas ela continuou sendo uma menina alegre, que brinca e conversa.

Desde o primeiro momento ficou claro como tinham um importante laço de afeto, trocando carinhos entre si e um incentivando o outro a falar. Em mais de um momento da sessão, quando Alan mencionava a morte da esposa, Ellen ia buscar bichinhos de pelúcia e ficava brincando com eles na frente da tela, convocando o pai a brincar com ela. Isso nos fez perceber, ao mesmo tempo, a necessidade dele em falar sobre a morte da esposa, e a necessidade de Ellen de desviar do assunto. Em um dado momento, inclusive, ao serem notadas por nós fotos da família próximas de onde estavam, Ellen chegou a mostrar algumas com sua mãe, mas rapidamente mudou de assunto. Vale dizer que ao longo dos meses de acompanhamento foram frequentes as situações em que percebemos Ellen preocupada, olhando para Alan de canto de olho enquanto ele falava sobre coisas que o emocionavam. Nessas situações ela sempre tentava distraí-lo, envolvendo-o em alguma atividade que estivesse fazendo, preferencialmente alguma que o divertisse. Importante ainda relatar que em uma sessão feita só com Ellen, a mesma disse às terapeutas que não gostava de deixar as pessoas tristes e se preocupava com isso.

Alan também, em geral, se mostrava muito preocupado com a filha, com sua saúde, bem-estar e proteção, tendo inclusive se afastado por um período do trabalho para ficar com ela, pois não confiava em outra pessoa para isso. Na segunda sessão realizada só com Alan, ele chegou a afirmar que só queria ser um pai melhor para ela, arrumá-la melhor e etc., pois não conseguia deixá-la impecável e não queria que as pessoas notassem isso. Ele sempre dizia sobre o desejo de melhorar e questionava, com frequência, as psicoterapeutas sobre o que podia fazer para isso. Seus cuidados com Ellen eram notados por ela, que o tinha também como referência nesse lugar, o que foi notável, por exemplo, quando em uma sessão realizada só com ela, feriu o dedo e recorreu a ele para se sentir melhor.

Na segunda sessão, Alan e Ellen contaram um pouco mais de como estava sendo a rotina deles, que estava se resumindo ao trabalho de Alan, estudos de Ellen, tarefas domésticas e idas à igreja no fim de semana, sem citações de atividades de lazer, sendo que ambos acrescentaram terem poucos amigos. Nessa mesma sessão, Alan detalhou o falecimento da esposa, contando que em setembro do ano anterior ela havia descoberto um câncer de mama e em abril havia falecido em decorrência de uma infecção causada pela colocação de um cateter. Questionado sobre o conhecimento de Ellen – que estava sentada a seu lado desenhando - sobre essa história, ele disse que na época do adoecimento

a esposa conversou com ela, mas quando ela foi internada com a infecção e faleceu em poucos dias, ele teve que dar a notícia a ela sem preparo nenhum.

Nesse momento as psicoterapeutas questionaram Ellen se ela gostaria de falar algo sobre o que o pai estava dizendo, e ela disse que ficou triste. Alan perguntou a ela se ela queria mostrar as fotos da mãe e ela disse com hesitação que sim, então ele levou o celular para perto das fotos, mas ela saiu correndo dizendo que ia pegar algo e demorou a retornar, e quando voltou não trouxe nada. Alan notou que ela não queria mostrar as fotos, e disse que não sabia como agir, ao que as psicoterapeutas disseram entender que o processo era difícil para os dois, e cada um tinha seu tempo. Ele acrescentou que a relação de Ellen com a mãe era ótima, que a relação deles três era perfeita. O único problema relatado por ele era seu com a família da esposa, o que já ocorria antes do falecimento desta e se intensificou após o ocorrido em função de eles quererem interferir na criação de Ellen. Ele demonstrava preocupação ainda pelos avós de Ellen sempre questionarem tudo o que ocorria em sua casa, o que ele dizia que não deveria acontecer por representar uma pressão à menina, de forma que suas tentativas de barrar algumas interferências deles eram também em proteção a ela. A menina ouvia constantemente nas sessões o pai queixando-se dos conflitos com seus avós maternos, mas nunca trazia esses familiares como pauta, tendo Alan afirmado algumas vezes que ela parecia não sentir falta deles, pois não pedia para vê-los ou perguntava por eles - embora ele não desejasse afastá-los por saber que seria uma convivência importante para ela.

Ao final de uma sessão, Ellen mostrou, rindo e olhando para o pai, o desenho que estava fazendo, de uma menina presa em um castelo, e contou uma história de que ela era presa pelo rei e pela rainha que não a deixavam sair e ela queria sair e ir à praia, e um dia foi escondida e se afogou e foi engolida por uma baleia, mas cantou e conseguiu escapar. O tema que tangenciava um sentimento de aprisionamento e um desejo por sair apareceu ainda em outros momentos. Em uma dada sessão, Ellen contou sobre um encontro com a tia materna no qual essa disse coisas que a chatearam. A tia afirmou que ela só ficava presa em casa, mas Ellen disse não ver problema nisso, por ter tudo que precisava em casa, se referindo aos itens para pintar, à televisão, a seu animalzinho de estimação, seu quarto e seu pai. A menina, porém, contou tudo isso pintando uma revistinha que narrava uma história sobre amigas que iam viajar, tema que retornou na sessão seguinte quando ela trouxe um avião de papel que tinha construído com a ajuda do pai – no qual tinha desenhado 3 pessoas na janela, que não especificou quem eram - e disse que gostava de viajar e que tinha vontade de ir pra Nova Iorque, mas que nunca saiu do Brasil por ser “muito protegida”, em suas palavras. As psicoterapeutas questionaram o que era ser muito protegida e ela disse que não sabia explicar, mas que um exemplo era quando tentavam roubar uma criança e a mãe ficava preocupada. Diante desses apontamentos, Alan chegou a

dizer que sabia que tinha que passear mais com a filha, mas reconhecia que não via tanta graça em sair mais, pois a família estava incompleta. Questionada sobre como seria para ela viajar só com o pai, Ellen disse que achava que seria normal, que para ela era indiferente a mãe estar ou não, e que tinha desejo de ir a lugares. Logo após dizer isso, porém, ela demonstrou uma enorme chateação e tristeza – como em nenhum outro momento da psicoterapia – por ter perdido uma canetinha que queria para pintar o desenho, não aceitando nenhuma outra em substituição e dizendo que o desenho não ficaria bom com outras cores.

O tema de ir embora também era comum em suas brincadeiras, ela estava sempre brincando que um dos ursinhos ou bonecas estava indo viajar para longe e tinha que se despedir dos outros. Essas despedidas eram encenadas por ela, porém, sem indícios de dor ou sofrimento, com tranquilidade. O único momento em que percebíamos carga afetiva mais significativa era quando Ellen lamentava o encerramento das sessões, mas ela sempre se reanimava quando as terapeutas combinavam o retorno para a próxima semana.

Outra brincadeira que vale destacar foi uma que se deu em cerca de três sessões após dois meses de psicoterapia. Nessa ela sempre se dizia a médica e dizia estar cuidando do pai que estava doente, lhe passando uma receita. Suas receitas, porém, eram sempre uma lista de restrições de diferentes tipos, alimentares, de atividades, brincadeiras, etc.. Ela narrava a lista rindo, enquanto o pai a olhava também sorrindo e dizendo que iria cumpri-las, embora as psicoterapeutas sempre destacassem a severidade e extensão das restrições impostas.

Ellen mostrava-se sempre muito animada nas sessões, sorridente, desejosa por brincar com as psicoterapeutas e tentando convocar o pai a isso. Esse, porém, demonstrava mais dificuldade em brincar com a filha, principalmente quando as brincadeiras envolviam mobilizar-se corporalmente, e queixava-se de ela ser insaciável, brincar e não se cansar, e sempre querer mais. Em algumas sessões, porém, conseguiu brincar de cosquinhas e produzir desenhos junto com a filha, atividade preferida da mesma – e na qual ela sempre demonstrava muito empenho e preocupação em fazer desenhos perfeitos –, além de sorrir com algumas brincadeiras dela. Alan chegou a justificar, em uma sessão, que não brincava muito porque não tinha vivenciado muitas brincadeiras em sua infância, tinha alguns amigos com os quais brincava, mas em casa a mãe estava sempre voltada para os cuidados com a irmã mais nova que tinha uma doença, e o pai totalmente voltado para o trabalho.

Cerca de um mês após o início do acompanhamento, Alan e Ellen nos apresentaram numa sessão um animalzinho de estimação que, segundo eles, era o novo integrante da família. O animal, chamado Lili, passou a fazer parte das sessões com frequência e, uns dois meses após sua chegada, conhecemos também Zezinho, outro animalzinho da mesma espécie. Segundo Ellen - que era sempre

muito carinhosa com os bichinhos e dizia que eles a faziam feliz -, ela pediu muito por Zezinho porque queria que ele e Lili constituíssem uma família, o que iria ocorrer a partir daquele momento e eles seriam muito felizes. Em um dos dias em que disse isso, escreveu numa folha de papel os nomes de seu pai, sua mãe, o próprio, e os dos animais.

Após quatro meses de psicoterapia familiar com Alan e Ellen, os atendimentos foram encerrados em função da finalização do curso das psicoterapeutas e do desejo de Alan de seguir com psicoterapias individuais para ambos.

## **4 DISCUSSÃO**

### **4.1 O LUTO E SUAS ESPECIFICIDADES NA FAMÍLIA**

A partir da perspectiva de Walsh e McGoldrick (1998), a perda pode ser compreendida como um processo transicional que reconhece tanto a finalidade da morte quanto a continuidade da vida, e que envolve a pessoa falecida e os sobreviventes em um ciclo de vida comum. Freud (1917[1915]/1996), em seu texto *Luto e Melancolia*, explica que o luto é uma reação esperada à perda e sua elaboração implica um trabalho longo e gradual de desinvestimento libidinal no objeto amado perdido para um investimento em novos objetos. Trata-se de uma ressignificação, ou seja, uma transformação na relação com o objeto amado, que não existe mais na realidade externa. Ao longo desse processo é comum que haja certa inibição e perda de interesse em aspectos gerais da vida: o mundo passa a ser percebido de forma esvaziada e empobrecida, o que não deve ser considerado como uma condição patológica, uma vez que espera-se que o luto seja elaborado com o tempo (FREUD, 1917[1915]/1996). A ideia é de uma adaptação que envolve a descoberta de maneiras de colocar a perda em perspectiva e seguir em frente com a vida (WALSH; MCGOLDRICK, 1998).

De acordo com Prizanteli (2008), a família é um grupo que constrói sua identidade a partir da vivência participativa de seus membros, ou seja, todos se influenciam reciprocamente. Nesse sentido, é preciso olhar para o impacto da perda sobre uma família como um sistema de interação (WALSH; MCGOLDRICK, 1998). Bowen (1998) fala de um impacto perturbador - uma onda de choque - sobre o equilíbrio funcional da família, de modo que a intensidade da reação dela vai variar de acordo com a integração emocional familiar e, também, de acordo com a importância do membro perdido. O fato é que a perda, especialmente a morte, modifica a estrutura familiar e traz desafios adaptativos, incluindo uma reorganização imediata e de longo prazo, além de mudanças nas definições de identidade e objetivos da família (WALSH; MCGOLDRICK, 1998).

No caso de Alan e Ellen, é possível observar uma dificuldade de Alan em enxergar sentido na nova configuração familiar. Prizanteli (2008) explica que no período de crise após a perda, os

indivíduos ficam estagnados, fato que dificulta a criação de nova identidade e reestruturação familiar. Isso fica evidente quando Alan não deseja passear ou viajar com a filha porque “a família está incompleta”, enquanto a pequena mostra interesse em tais atividades e se diz satisfeita em poder ter esses momentos com ele. Ellen é capaz de redesenhar uma nova identidade para a família quando escreve o nome dela, dos pais e dos animais de estimação todos juntos.

As perdas repentinas e prematuras - como foi o caso do falecimento de Tainá - podem ser consideradas as mais difíceis de serem elaboradas pelos familiares, segundo Anton e Favero (2011), pois a cultura ocidental tem a crença de que a “melhor morte” vem ao final de uma vida longa e produtiva (WALSH; MCGOLDRICK, 1998). As mortes prematuras, que acontecem “fora de hora” em termos das expectativas cronológicas ou sociais, como a viuvez precoce ou a perda precoce dos pais, tendem a ser mais difíceis de obter aceitação pelas famílias, o que implica, comumente, em um luto prolongado, de vários anos (WALSH; MCGOLDRICK, 1998). É comum o sentimento de infortúnio cruel, injustiça e culpa entre os familiares sobreviventes e isso pode bloqueá-los de realizar projetos futuros (WALSH; MCGOLDRICK, 1998), como vimos no caso de Alan. Bowen (1998) ressalta que a morte dos pais quando a família é jovem, tem maior chance de gerar ondas de choque sérias e prolongadas, provocando uma perturbação no equilíbrio emocional, uma vez que as funções de provedor e/ou de cuidador são removidas no momento em que elas são de extrema importância.

Abrangendo diferentes contextos socioculturais e idades, Prizanteli (2008) afirma que a morte do cônjuge tem sido reconhecida como uma das mais estressantes e dolorosas experiências em termos de intensidade e duração do processo de enlutamento, podendo levar, inclusive, o sobrevivente a adoecimentos físicos e emocionais. A viuvez no início do casamento costuma ser mais difícil do que mais tarde na vida “devido aos sonhos e esperanças não concretizados, ao descompasso com os outros casais na mesma fase da vida e à falta de modelos para o ajustamento à viuvez entre os pares” (WALSH; MCGOLDRICK, 1998, p. 44). Ela “tende a ser uma experiência chocante e isoladora, devido à carência de preparação emocional ou suportes sociais essenciais” (WALSH; MCGOLDRICK, 1998, p. 61). Além da perda física da outra parte da parceira amorosa, Prizanteli (2008) ressalta que o sobrevivente perde a condição civil, tendo que adotar, portanto, uma nova identidade autônoma e individual. Segundo a autora, “essa mudança (...) tem relevância absoluta no processo de recuperação do indivíduo enlutado, uma vez que toda a história construída e sonhada se vê rompida pela quebra do laço afetivo decorrente da morte” (p.49).

Além de todos os desafios mencionados, “a perda de um parceiro nesta fase da vida é complicada pelas obrigações financeiras e de cuidados com os filhos, que podem interferir nas tarefas do luto” (WALSH; MCGOLDRICK, 1998, p. 61). Alan menciona ao longo das sessões uma



dificuldade e autocobrança em relação à higiene e estética de Ellen. Ele está sempre muito preocupado em mantê-la arrumada, assim como a casa. Outro fato é a angústia que o pai traz em estar afastado do trabalho para poder cuidar da filha, uma vez que se vê inseguro em deixá-la com outra pessoa, e por isso acaba assumindo todas as tarefas sozinho. De acordo com Prizanteli (2008), a capacidade do(a) viúvo(a) de lidar com os novos papéis e responsabilidades demandados nesta nova fase, vai depender não só da sua personalidade e experiência anterior, como das exigências feitas pelo contexto familiar e referências de apoio. Segundo a autora, nessas circunstâncias, “os filhos pequenos podem ser considerados como fardo ou benção, bem como os parentes do cônjuge falecido” (p.57). Walsh e McGoldrick (1998) destacam que é comum, nessa fase do ciclo da vida, haver uma tensão na relação entre o cônjuge sobrevivente e a família da pessoa morta. Isso ficou evidente no caso de Alan, pois ele relata conflitos com os pais de Tainá no que se refere aos cuidados de Ellen que se agravaram após o falecimento de Tainá.

Walsh e McGoldrick (1998) destacam que “quando um cônjuge viúvo é também o pai de uma criança pequena, a expressão emocional pode ser bloqueada pelas responsabilidades de ser pai solteiro, com os filhos e os parentes bem intencionados conspirando para manter o único pai sobrevivente forte e funcionando” (p.36). Nesse sentido, a elaboração do luto da criança depende não do esquecimento da pessoa falecida, mas sim de sua lembrança e memória através de histórias, fotos e vídeos (MELLO *et al.*, 2021).

Segundo alguns autores (OLIVEIRA *et al.*, 2020; CRUZ *et al.*, 2021; FARIAS *et al.*, 2021; SANTANA, 2022; WENDT; TROIS, 2022), na sociedade contemporânea, há uma inabilidade por parte das pessoas adultas no manejo das questões relacionadas à morte e isso faz com que as crianças não encontrem espaço para se expressar, e o risco é de que aquilo que não é posto em palavras se torne sintoma. Wendt e Trois (2022) explicam que o desenvolvimento da criança pode sofrer prejuízos se houver silenciamento em relação à perda, pois ela se vê sendo obrigada a sofrer sozinha, às escondidas, recalçando a dor. Eles ressaltam que as repercussões negativas dessa má elaboração do luto podem aparecer quando chegar à adultez. Por outro lado, “se a criança tem oportunidade de fazer perguntas e expressar seus sentimentos no âmbito familiar, se sentirá mais segura e protegida” (WENDT; TROIS, 2022, p.46). A comunicação clara fortalece os vínculos e a adaptação diante da perda (MELLO *et al.*, 2021).

Sobre a sintomática do silenciamento, Prizanteli (2008) ressalta que há uma questão de gênero que perpassa toda essa situação, pois os homens costumam ser mais relutantes em pedir ajuda e isso dificulta o amparo da família extensa e do grupo social: eles geralmente evitam falar dos seus sentimentos, mas administram bem as questões práticas após a perda. Diante desse cenário, é

importante que outros membros adultos - familiares e amigos - contribuam com os cuidados e suportes concretos para permitir o luto do pai/mãe sobrevivente (WALSH; MCGOLDRICK, 1998). De modo geral, “as famílias correm o risco de disfunção se, em um extremo, elas tentam evitar a dor da perda negando a significação de um membro importante da família (...) no outro extremo, elas podem ficar imobilizadas se forem incapazes de redistribuir novas funções ou formar novos laços” (WALSH; MCGOLDRICK, 1998, p. 43).

Sob a perspectiva da criança, a perda de um genitor é a perda de um vínculo afetivo que tem valor de sobrevivência (ANTON; FAVERO, 2011). Isso significa que a morte de um ou ambos os pais, é percebida por ela como um desamparo; fato que mobiliza fantasias e um sentimento profundo de ameaça à sua sobrevivência física e emocional (FRANCO; MAZORRA, 2007). Trata-se, segundo Walsh e McGoldrick (1998), de um enfrentamento que possibilita reavivar temores da perda do *self*, o que é devastador. De modo geral, esse processo de luto pode provocar efeitos perturbadores como o medo de ser abandonada, a saudade da figura perdida e a raiva por não poder reencontrá-la, e como consequência é comum que se intensifique a ansiedade de separação nesse momento (ANTON; FAVERO, 2011).

A sensação de desamparo é agravada pelo fato de a criança perder, além do genitor, o cenário familiar anterior, pois se faz necessária uma reorganização da família com a ausência de um dos membros (FRANCO; MAZORRA, 2007). Trata-se, na realidade, de uma dupla perda para a criança, pois o responsável sobrevivente, em razão do vínculo com a pessoa falecida, se encontra mobilizado e fragilizado (FRANCO; MAZORRA, 2007; ANTON; FAVERO, 2011), como foi o caso de Ellen e Alan. O referencial da criança em relação ao cuidador que sobreviveu é alterado, pois ele modifica seus aspectos emocionais, comportamentais, sua forma de expressar e agir, por também se encontrar enlutado, revendo papéis que precisam ser readaptados (ANTON; FAVERO, 2011). Nesse sentido, a criança “é submetida a uma tarefa ainda mais complexa que a do adulto, pois a perda a priva também de uma base segura e de identificação” (ANTON; FAVERO, 2011, p.102). Em razão desse conjunto de fatores, Walsh e McGoldrick (1998) ressaltam que “o modo como uma criança lida com a perda de um dos pais depende grandemente do estado emocional do pai/mãe sobrevivente” (p.65) e do processo de elaboração desse.

Mergulhado no sentimento de desamparo e no medo do abandono, o filho pode servir, sintomaticamente, à função de distração ao pai/mãe enlutado, além de acobertar seu próprio sofrimento para não sobrecarregar o responsável (WALSH; MCGOLDRICK, 1998). Isso ficava evidente nas sessões quando Ellen buscava divertir Alan, e fazê-lo sorrir, especialmente, quando ele se mostrava entristecido. Era talvez uma tentativa de o manter inteiro, assumindo um cuidado

emocional com ele. Além disso, inicialmente, a menina também não mencionava espontaneamente a mãe ou a falta dela, e inclusive saía do ambiente quando o pai falava de Tainá. Bowen (1998) explica que “o sistema fechado de comunicação é um reflexo emocional automático para proteger o *self* da ansiedade da outra pessoa” (p.106). O silêncio de Ellen sobre a ausência materna pode ser entendido como uma forma de ela evitar acionar a dor do pai e zelar por ele, mas também como uma maneira de não acessar a própria dor. Sobre isso, Anton e Favero (2011) explicitam que, comumente, o paciente acredita que evitando pensar, estaria também evitando sofrer, quando, na verdade, a inibição dos pensamentos e emoções acaba exigindo muito esforço do sujeito, fato que pode provocar situações ansiogênicas de ameaça à saúde. Além disso, como alertam Walsh e McGoldrick (1998), evitar a dor da perda, negligenciar o luto, pode fazer com o que o sofrimento venha à tona de forma avassaladora mais tarde. As autoras acrescentam que

quando o luto parental é bloqueado, um filho tem mais probabilidade de se tornar sintomático. Em famílias nas quais certos sentimentos, pensamentos e lembranças são proibidos por lealdades familiares ou tabus sociais, o bloqueio da comunicação pode contribuir para o comportamento sintomático, ou os sentimentos podem ficar ocultos e reaparecerem em outros contextos, desconectados de sua origem (WALSH; MCGOLDRICK, 1998, p. 36).

A sintomática da distração de Ellen, que eventualmente aparecia de maneira excessiva na sessão em forma de risada, gritaria e agitação, bem como a do zelo emocional com o pai, são percebidas por nós como o início de um processo de parentalização. Esse comportamento da menina pode estar associado a uma fantasia de onipotência, em uma tentativa de evitar novas perdas, separações e ser forte. De acordo com Franco e Mazon (2007) tais atitudes podem ser elaborativas ou dificultadoras do luto, a depender da intensidade e do tempo que atuam no mundo fantasístico da criança.

#### 4.2 SOBRE A PARENTALIZAÇÃO E SUA OCORRÊNCIA EM MEIO AO LUTO

Para que possamos refletir a respeito da ocorrência do processo de parentalização em meio ao processo de luto é preciso percorrermos um caminho sobre a teorização desse conceito, o qual nos possibilitará fundamentar rigorosamente nossos apontamentos.

Esse caminho começa em 1948, em um artigo de Schmeidler que é considerado uma das primeiras referências à parentalização enquanto inversão do papel parental. Nele, a autora aponta que alguns pais investem nos filhos como figuras parentais quando vivenciam experiências emocionais intensas, dentre as quais ela cita perdas significativas. Menos de dez anos depois, em 1956, Mahler e Rabinovitch (1956) seguiram essa trilha apontando que as crianças, visando fortalecer os laços

familiares - principalmente a conjugalidade dos pais -, podem assumir papéis de responsabilidade na família como confidentes, ajudantes e pacificadoras. Ainda nesse sentido, em 1965, Anna Freud afirmou que os filhos, muitas vezes, acabam por assumir o lugar vazio deixado por uma separação conjugal. Esses primeiros apontamentos, segundo Mello *et al.* (2015), deixam claro como, ao falarmos de parentalização, estamos falando de um esforço das crianças em prol do bem-estar dos seus progenitores quando estes apresentam certa fragilidade narcísica que dificulta que arquem com o suporte familiar, de modo que, para as crianças, ocupar esse lugar é uma tentativa também de garantir um ambiente mais favorável para si.

Destacar esse último ponto é importante, pois, como salientam Mello *et al.* (2015), “não há um objetivo altruísta nesta tomada megalômana de responsabilidade por parte da criança em relação aos pais (pai ou mãe), mas, uma tentativa de assegurar sua própria vida no interior da família” (p. 219). Isso não significa, porém, que a criança tenha uma percepção consciente da ausência de cuidado e sustentação de suas figuras parentais, mas embora não a tenha conscientemente, sente-se responsável por suprir as carências do ambiente familiar, e, como afirma Michard (2017), sua solicitude costuma se basear em uma avaliação significativamente realista das necessidades dos pais.

No caso que trouxemos acima, as tentativas de Ellen de garantir o bem-estar de Alan são notáveis em diversas sessões. Os olhares da menina estavam sempre voltados para ele, atentos às suas expressões e palavras, e a qualquer indício de desconforto por parte dele, ela tentava distraí-lo e promover bem-estar. Além disso, era notável como ela demonstrava muita preocupação com as coisas que dizia, sempre atenta aos impactos disso para ele e buscando dizer somente aquilo que lhe parecia que o agradaria, mesmo quando isso implicava em não demonstrar seu sofrimento com a perda da mãe.

Seguindo o percurso da conceitualização da parentalização, vemos que apesar desses primeiros apontamentos, sua assunção conceitual se dá no interior do campo da terapia de família por volta dos anos 1960 e 1970. Destacam-se dois trabalhos: o do terapeuta argentino Minuchin que, em 1967, junto a colaboradores, disserta a respeito da atribuição de poder parental à criança, conceituando-a como uma “criança parental”; e o do psiquiatra e terapeuta húngaro-americano Boszormenyi-Nagy que designa a distorção das relações na qual uma criança torna-se um pai para o outro como parentalização.

As teorias desses autores, embora conversem profundamente, possuem também nuances singulares. Minuchin *et al.* (1967) desenvolve seus estudos em contextos socioeconômicos precários e desorganizados nos quais nota que os pais demonstram, ao mesmo tempo, certa autoridade e certa indisponibilidade na relação com os filhos, de modo que as crianças sentem que às vezes podem contar

com os pais e às vezes não, sendo nos casos de ausência que elas tomam para si - explícita e conscientemente ou implícita e inconscientemente - parte da função dos pais, desorganizando os subsistemas parental e filial, bem como o fraterno. Já Boszormenyi-Nagy e Spark (1973/2012) sublinham a inversão nessas relações, aprofundando o conceito de parentalização e apontando como nestes casos a criança, muitas vezes, transforma-se em um adulto imaginário, sendo tomada pelo genitor como um igual do ponto de vista geracional, de modo que a diferença geracional é negada.

Este apontamento de Boszormenyi-Nagy e Spark (1973/2012) acreditamos ser possível notar, em certa medida, em Alan e Ellen, quando Alan demonstra um grande incômodo com as brincadeiras de Ellen, e demanda que ela converse mais, que se comunique com as psicoterapeutas oralmente, como um adulto. Isso confirma, pois, o afirmado por Mello *et al.* (2015) de que quando os pais sofrem carências afetivas ou com a falta de definição das fronteiras geracionais, suas condutas regressivas acabam por demandar uma postura progressiva dos filhos, independentemente do despreparo infantil para isso. É essa demanda por uma conduta progressiva que vemos, pois, em Alan para com Ellen.

Na investigação sobre a parentalização, alguns autores como Haxhe (2013) e Le Goff (1999) afirmam que nos pais é possível identificar fatores históricos e/ou conjecturais que podem contribuir para o desenvolvimento desse processo. Dentre esses, Harrus-Révidi (2004) e Olson e Gariti (1993) apontam para o fato de que os pais imaturos também não tiveram suas necessidades atendidas por seus pais, o que leva Bekir *et al.* (1993) a destacar o aspecto transgeracional da parentalização, afirmando que muitos dos pais que parentalizam seus filhos, foram parentalizados por seus pais quando crianças. Apostamos na presença desse fator no caso de Alan e Ellen, pois Alan trouxe relatos de uma dificuldade que teve em sua infância de ser criança e brincar, em decorrência de uma ausência paterna – seu pai estava sempre trabalhando – e de uma falta de atenção materna às suas necessidades, pois as atenções de sua mãe estavam voltadas para sua irmã mais nova que tinha problemas de saúde.

Além disso, alguns pesquisadores da área vêm investigando como a organização do casal influencia o processo de parentalização, e, no inverso, as repercussões da parentalização na conjugalidade. De acordo com Figueiredo (2007), o sujeito que não foi suficientemente bem cuidado em sua infância pode apresentar dificuldade em se tornar responsável pelo cuidado de si mesmo e do outro na conjugalidade, demandando do parceiro cuidados na relação conjugal que possam restaurar um ambiente seguro e estável, satisfazer necessidades primitivas. Trazemos isso pois acreditamos, com base nos relatos de Alan sobre seu casamento com Tainá, que este fator estava presente na conjugalidade deles: ele demandava dela um cuidado que havia lhe faltado em sua infância. Diante do falecimento da esposa, porém, ele revive um desamparo dilacerante, e isso se associa ao risco do desenvolvimento da parentalização em sua relação com Ellen.

Dito isso, já no que concerne aos fatores mais conjecturais, Haxhe (2013) destaca, por exemplo, os divórcios e recasamentos, situações nas quais os pais encontram-se absortos em suas vidas afetivas e na tarefa de reconstruir suas vidas conjugais. Também se referindo a casos como esses, Walker e Lee (1998) afirmam que nessas situações, diante da ausência do outro membro do casal parental, a parentalização se apresenta, frequentemente, como recurso ao funcionamento familiar, tornando-se um fator de resiliência. As postulações desses autores a respeito da ausência do outro membro do casal parental acreditamos poderem ser lidas não só a luz de casos de divórcios, mas também do falecimento de um dos membros do casal parental. Nessas situações também acreditamos poder afirmar que, diante dessa ausência, a parentalização se coloca como recurso e fator de resiliência para a continuidade do funcionamento familiar.

A isso acrescentamos ainda o apontamento de Boszormenyi-Nagy e Spark (1973/2012) de que compromissos de simbiose também podem favorecer a manutenção de relações parentalizadas. Fazemos esse acréscimo por acreditarmos que na relação de Alan e Ellen, após o falecimento de Tainá, Ellen pode ter, inconscientemente, assumido com o pai um compromisso de simbiose pela via da parentalização. Nessa família as fronteiras apresentavam-se pouco delimitadas, sendo um sinal disso quando assuntos impróprios para crianças eram conversados sem qualquer restrição ou cuidado na frente da menina, o que ocorria entre Alan e Ellen no início da psicoterapia. A terapia, porém, pôde dar algum contorno a isso, apontando para ele o cuidado necessário.

Retomando, os papéis exercidos pelas crianças parentalizadas, porém, não são sempre os mesmos, o que já destacava Boszormenyi-Nagy (1973/2012), que postulou a existência central de três: o “papel de cuidador”, quando as crianças exercem as tarefas de cuidado manifestas ou mascaradas; o “papel de sacrifício”, quando a criança fica em lugar de mártir, exercendo certo controle na dinâmica familiar; e o “papel neutro”, quando a criança não exige qualquer trabalho dos pais e é tida como bem-comportada. Vale dizer que estes não se apresentam isoladamente, muitas vezes se superpondo de acordo com as demandas parentais que podem ser, de acordo com Jurkovic (1997), de uma função instrumental – ou física – ou de uma função emocional – ou afetiva -, sendo que estas se associam e influenciam mutuamente. No caso em que estamos trabalhando, vemos que Ellen exerce essencialmente o papel de cuidadora emocional de Alan, o que não significa, porém, que outros papéis não estejam presentes em segundo plano e emerjam em algumas situações.

Dito tudo isso, é importante esclarecer, como o fazem Mello *et al.* (2015), que a parentalização não pertence incondicionalmente ao campo da patologia ou da disfunção relacional. O próprio Boszormenyi-Nagy (1973/2012) afirma que certo grau de parentalização inconsciente é parte constituinte da atitude dos genitores em relação aos filhos, e Le Goff (1999) alerta que a parentalização

pode ser encontrada em todas as famílias, independentemente de relações patológicas. Para eles, a inversão geracional pode até mesmo favorecer a identificação da criança com a imagem de uma boa figura parental, não sendo necessariamente sinal de uma patologia, mas podendo ser funcional na construção de um contexto familiar de solidariedade e confiança.

Nesse sentido, Le Goff (1999), distingue dois tipos de parentalização: a parentalização construtiva, quando as responsabilidades delegadas à criança não desconsideram sua maturidade e têm supervisão e apoio, o período é determinado e transitório, e com isso os efeitos positivos são predominantes e a parentalização opera a favor da maturação infantil conferindo à criança confiança e recursos para enfrentar situações da vida, o que ocorre em casos em que a relação com os pais se apresenta como suficientemente boa; e a parentalização destrutiva, quando a criança é sobrecarregada de tarefas que ultrapassam suas competências, os pais negligenciam suas necessidades, e os efeitos negativos imperam, ficando a criança exposta ao desamparo, à vulnerabilidade e a severas implicações para seu desenvolvimento emocional.

Tendo isso em vista, Mello *et al.* (2015) defendem a importância de uma avaliação das dimensões da experiência infantil da parentalização que leve em conta a rigidez, a duração, a amplitude e alguns fatores de proteção, apontando que “quanto mais sobrecarga física e emocional se imputa à criança, mais custosa se revela a parentalização” (p. 217). Ou seja, segundo as autoras, existe uma importante diferença entre a vivência de um filho que se ocupa do cuidado dos pais delimitada e provisoriamente, e a vivência de um filho solicitado a assumir uma postura parental para satisfazer a dependência de pais-adultos regredidos, o que pode repercutir nos próprios processos de maturação da criança. Nesse último caso, elas acrescentam, o árduo esforço para cuidar dos seus pais faz com que as crianças tenham que renunciar inclusive às suas necessidades infantis e ao brincar espontâneo que lhe é tão caro e indispensável para seu desenvolvimento emocional sadio, como já apontava Winnicott (1971/1975).

É, pois, quando interfere nas possibilidades de desenvolvimento da criança, que a parentalização assume um sentido patológico, o que ocorre principalmente quando esse processo é negado ou desmentido pelos pais (MELLO *et al.*, 2015). No caso de Alan e Ellen, acreditamos que o processo de parentalização iniciou-se após o falecimento de Tainá. Compreendemos que, de maneira geral, a dificuldade de administrar os sentimentos decorrentes da perda pode alterar o padrão de comunicação e vivência familiar, e isso pode impedir a percepção do enlutamento dos demais (PRIZANTELI, 2008; CRUZ *et al.*, 2021). O fato é que a possibilidade da criança elaborar o luto encontra-se vinculada ao processo de elaboração do luto pela família, especialmente do genitor sobrevivente (FRANCO; MAZORRA, 2007; ANTON; FAVERO, 2011).

Nesse sentido, a terapia de família pode contribuir possibilitando uma comunicação aberta entre os membros sobreviventes, de modo a promover “um clima familiar de confiança mútua, apoio e tolerância para com uma gama de respostas à perda” (WALSH; MCGOLDRICK, 1998, p.42). O diálogo, bem como o brincar, são de suma importância nesse processo, pois permitem a troca recíproca de sentimentos, perspectivas e expectativas em relação às experiências que, obrigatoriamente, terão que ser vividas, e isso favorece a conexão dos membros para enfrentarem a construção de um futuro sem aquele ente querido (PRIZANTELLI, 2008; CRUZ *et al.*, 2021). McGoldrick (1998) explica que diante da perda da figura de apego principal, o terapeuta de família pode atuar como uma figura de apego temporária, substituta, mas ressalta que ele “deve usar este papel para estabelecer um conjunto seguro de apegos dentro da família, para que seus membros possam fazer seu próprio luto” (p.154).

É importante destacar que quando falamos em fatores de proteção, um dos citados por Mello *et al.* (2015) são as vinculações externas ao núcleo familiar, a rede de apoio da família, que pode funcionar como uma ajuda mútua que ameniza o compromisso assumido pela criança. Destacamos isso pois Alan relatou por diversas vezes a ausência de uma rede de apoio que pudesse ajudá-lo em seu processo de luto e na criação, agora solitária, da filha. A ausência de amigos ou familiares que pudessem apoiá-lo era uma queixa frequente, embora ele demonstrasse demandar isso em certa medida. O início de um novo relacionamento nos parece estar relacionado a essa demanda, bem como a busca pela terapia de família. E, ao promover um ambiente seguro e de confiança, “o atendimento psicológico pode auxiliar para que a tendência destrutiva de não verbalizar não se desenvolva em casa, evitando o silêncio, que faz a criança sentir-se só e calar-se por medo de tocar em um assunto proibido e de fazer seu pai sobrevivente sofrer” (ANTON; FAVERO, 2011, p.108).

Assim como fora inicialmente com Ellen, mas que se transformou ao longo do tratamento. Por essa razão, a psicoterapia pode servir como um primeiro contexto para a expressão dos sentimentos relacionados ao trauma e também espaço de construção de significado para a perda (ANTON; FAVERO, 2011). E então, a partir da comunicação em terapia de família, os membros podem realizar as tarefas adaptativas que são fundamentais para a elaboração do luto, que são: o reconhecimento compartilhado da realidade da morte e da experiência comum de perda; a reorganização do sistema familiar; e o reinvestimento em outras relações e projetos de vida (WALSH; MCGOLDRICK, 1998). É nesse sentido que McGoldrick (1998) defende a ideia de que esse espaço terapêutico conjunto carrega o potencial de promotor de saúde mental à longo prazo, na medida em que é capaz de reescrever o roteiro familiar em relação a perdas, fortalecer a unidade familiar sobrevivente e deixar um novo legado para os membros da família.



Assim, acreditamos que a psicoterapia pode ter funcionado aqui como uma rede de apoio à família que se configurou como fator de proteção à patologização da parentalização de Ellen na medida em que as terapeutas emergiram como outras figuras de cuidado não só para a criança – permitindo, principalmente, que nas sessões ela manifestasse seu brincar espontâneo -, como também para Alan em seu processo de elaboração do luto e de apropriação da parentalidade em relação a Ellen. Em relação a esse último ponto, vale dizer que a busca de Alan pela terapia deu-se por uma demanda de “aprender” a ser um bom pai, um desejo por ser melhor, buscando uma sustentação que o auxiliasse, diante de seu desamparo, no cumprimento da tarefa de promover o desenvolvimento físico e emocional de Ellen. Concluímos, portanto, apostando que a terapia familiar pôde frear o processo de parentalização de Ellen que estava se iniciando, não permitindo que esse se cronificasse em um processo patológico, e fortalecendo a parentalidade de Alan.

## 5 CONCLUSÃO

A morte de um genitor/cônjuge traz à tona sentimentos avassaladores e ambivalentes que perturbam o equilíbrio familiar e os padrões estabelecidos de interação. O processo de elaboração do luto envolve um realinhamento das relações e a redistribuição de papéis com a finalidade de compensar a perda e prosseguir com a vida familiar. Nesse decurso, no qual os membros sobreviventes estão fragilizados buscando significar suas próprias dores, é preciso estar atento às necessidades da criança para que essas não sejam negligenciadas. É comum que, por estar inundada pela sensação de desamparo, ela assuma uma postura de tentar garantir que o pai/mãe sobrevivente permaneça vivo e inteiro, e, para isso, adote medidas equivocadas de cuidado em relação a esse adulto. É possível, a partir daí, emergir uma inversão geracional de papéis, processo conhecido pelo termo parentalização.

Embora cada vez mais notável no campo da terapia de família, a parentalização é ainda uma noção pouco utilizada e estudada, principalmente no Brasil. A título de conclusão aqui, é importante esclarecermos que quando falamos a respeito desse processo, não estamos dizendo somente de tarefas custosas assumidas pela criança, mas de uma questão relacional em cujo centro estão os vínculos de confiança e afeto entre pais e filhos. Destacar a parentalização como uma questão relacional é fundamental na medida em que nos permite compreender que esse processo deixa impactos não apenas no presente das vivências familiares e intersubjetivas, como também adiante, visto que as relações familiares experimentadas pelo sujeito quando criança são fundamentais para seu desenvolvimento e a construção de uma base segura ao longo de toda sua vida.

Consideramos que a terapia familiar foi potente para a construção de fronteiras mais bem delimitadas, que possibilitaram a Ellen um espaço de expressão de seu brincar criativo, e auxiliaram

Alan no fortalecimento de sua parentalidade, pontos essenciais para frear, em certa medida, o processo de parentalização que havia se iniciado no núcleo familiar.

### **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos aos pacientes por concordarem com utilização dos dados do caso para fins de pesquisa, bem como à FAPERJ, por viabilizar essa publicação.

## REFERÊNCIAS

- ANTON, M. C., & FAVERO, E. Morte Repentina de Genitores e Luto Infantil: Uma Revisão da Literatura em Periódicos Científicos Brasileiros. *Interação Psicologia*, v. 15, n. 1, p. 101-110, 2011.
- BEKIR, P., MCLELLAN, T., CHILDRESS, A., & GARITI, P. Role reversal in families of substance misusers: a transgeracional phenomenon. *The International Journal of the Addictions*, v. 28, p. 613-630, 1993.
- BLACIOTI, E. La parentification, un processus intrapsychique, intersubjectif et transubjectif. *Le Divan familial*, v. 42, n. 1, p.179-193, 2019.
- BOSZORMENYI-NAGY, I., & SPARK G. *Lealtades invisibles*. Amorrortu, 2012. (Trabalho original publicado em 1973).
- BOWEN, M. A reação da família à morte. In F. WALSH. & M. MCGOLDRICK, *Morte na família: sobrevivendo às perdas* (Cap.4, pp. 105-117). Artmed, 1998.
- CRUZ, M. C. N. L. et al. A piece of me became a little star: an approach on children's grief. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 10, n. 8, p. e23210817255, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i8.17255. Recuperado em 11 de maio de 2023, de <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/17255>
- FARIAS, R. C. R. DE; FARIAS, R. R. .; LEAL, S. S. I.; RODRIGUES, E. V. Grief in childhood: Loss through children's literature. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 10, n. 8, p. e16110816908, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i8.16908. Recuperado em 11 de maio de 2023, de em <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/16908>
- FÉRES-CARNEIRO, T., BENGHOZI, P., MELLO, R., & MAGALHÃES, A. S. L'enfant parentifié: maturation psychoaffective et contexte familial. *Revue de Psychothérapie Psychanalytique de Groupe*, v. 72, p.187-200, 2019.
- FÉRES-CARNEIRO, T., LONDERO-SANTOS, A., & NATIVIDADE, J. C. Adaptação do Questionário sobre a Parentalização para o Contexto Brasileiro. *Psico-USF*, v. 26, p. 745-756, 2022. Recuperado em 12 maio de 2023, de <https://www.scielo.br/j/pusf/a/RmJBJLhzgq7Tv4WdmtDgyQB/?format=pdf#:~:text=parentalização compreende um fenômeno de reversão de papéis,evidências de validade e indicadores adequados de fidedignidade.>
- FIGUEIREDO, L. C. A metapsicologia do cuidado. *Psychê*, v. 11, n. 21, p. 13-30, 2007.
- FRANCO, M. H. P., & MAZORRA, L. Criança e luto: Vivências fantasmáticas diante da morte do genitor. *Estudos de Psicologia*, v. 24, p. 503-511, 2007.
- FREUD, A. *Normality and pathology in childhood*. International Universities Press, 1965.
- FREUD, S. Luto e melancolia. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 14, pp. 249-263). Imago, 1996. (Trabalho originalmente publicado em 1917[1915]).
- HAXHE, S. *L'enfant parentifié et as famille*. Éditions érés, 2013.

- HARRUS-RÉVIDI, G. *Parents immatures et enfants-adultes*. Petit Bibliothèque Payot, 2004.
- JURKOWIC, G. *Lost childhoods. The plight of the parentified child*. Brunner-Routledge, 1997.
- KEHLSTADT, L. Z. *Des adultes encore parentifiés: la parentification, un concept clé em psychothérapies d'adultes*. *Thérapie Familiale*, v. 39, n. 2, p. 127-147, 2018.
- LE GOFF, J-F. *L'enfant, parent de ses parents. Parentification et thérapie familiale*. Harmattan, 1999.
- MAHLER, M. S., & RABINOVITCH, R. The effects of marital conflict on child development. In V. E. EISENSTEIN (Ed.), *Neurotic interaction in marriage* (pp. 44-56). Basic Books, 1956.
- MCGOLDRICK, M. O legado da perda. In F. WALSH. & M. MCGOLDRICK, *Morte na família: sobrevivendo às perdas* (Cap.6, pp. 129-152). Artmed, 1998.
- MELLO, G. R. E., DE LIMA, L. P., & MOTA, D. C. B. Percepções e vivências do luto infantil: uma revisão narrativa da literatura brasileira. *Revista Saber Digital*, v. 14, n. 1, p. 70–88, 2021. <https://doi.org/10.24859/SaberDigital.2021v14n1.940>.
- MELLO, R., FÉRES-CARNEIRO, T., & MAGALHÃES, A. S. Das demandas ao dom: as crianças pais de seus pais. *Revista Subjetividades*, v. 15, n. 2, p. 214-221, 2015. Recuperado em 12 maio de 2023, de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2359-07692015000200005&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692015000200005&lng=pt&tlng=pt).
- MELLO, R., FÉRES-CARNEIRO, T., MACHADO, R. & MAGALHÃES, A. S. Inversão geracional na família: repercussões da parentalização na vida adulta. *Psicologia USP [online]*, v. 31, p. 1-8, 2020. <https://doi.org/10.1590/0103-6564e190126>.
- MICHARD, P. *La thérapie contextuelle de BozsormenyiNagy. Enfant, dette, et don en thérapie familiale*. De Boeck Supérieur, 2017.
- MINUCHIN, S., MONTALVO, B., GUERNEY, B., ROSMAN, B., & SHUMER, F. *Families of the slums. An exploration of their structure and treatment*. Basic Books, 1967.
- OLIVEIRA, D. P., DA SILVA, A. D., KLINGER, E. F., & AMORIM, T. R. A criança e a morte: um estudo acerca do lúdico no processo de luto infantil”. *International Journal of Development Research*, v. 10, n. 10, p. 41120-41124, 2020.
- OLSON, M., & GARITI, P. Symbolic loss in horizontal relating: defining the role of parentification in addictive relationships. *Contemporary Family Therapy*, v. 15, p. 197-208, 1993.
- PRIZANTELI, C. C. *Coração partido: o luto pela perda do cônjuge*. [Dissertação de mestrado]. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.
- SANTANA, K. C. O vivenciar do luto na infância. *Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente*, v. 13(edespmulti), 2022.
- SCHMIDEBERG, M. Parents as childrens. *Psychiatric Quarterly Supplement*, v. 22, p. 207-218, 1948.

VORCARO, A. Psicanálise e método científico: o lugar do caso clínico. In: F.K. NETO & J.O. MOREIRA (orgs). *Pesquisa em psicanálise: transmissão na Universidade*. Barbacena: EdUEMG, 2010.

WALKER, J., & LEE, R. Uncovering strenghts of children of alcoholic parents. *Contemporary Family therapy*, v. 20, n. 4, p. 521-533, 1998.

WALSH, F., & MCGOLDRICK, M. *Morte na família: sobrevivendo às perdas*. Artmed, 1998.

WENDT, E., & DE MORAES TROIS, J. F. Luto infantil: trilhando o caminho de mãos dadas. *Diaphora*, v. 11, n. 2, p. 43-47, 2022.

WINNICOTT, D. W. *O brincar e a realidade*. Imago, 1975. (Trabalho original publicado em 1971)